

O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA GAÚCHA NO SÉC.XX

José Maria Dias Pereira^{*}
Marcelo Arendt^{**}

1 – Introdução

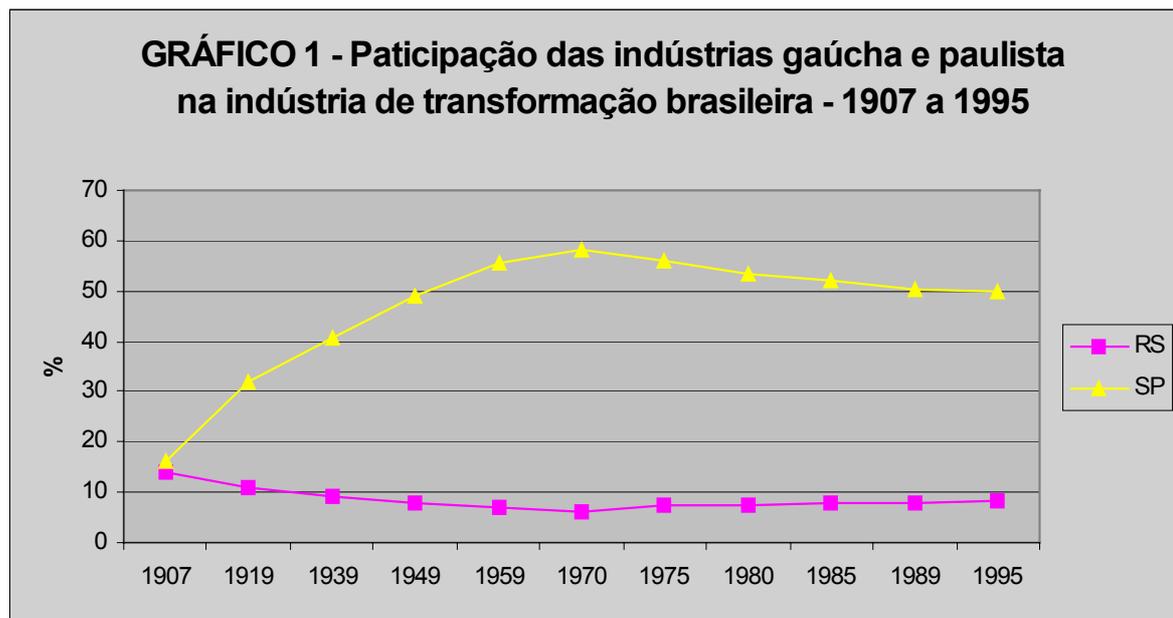
O conteúdo do presente artigo busca reconstruir a trajetória da formação da indústria gaúcha, destacando a forma como esta se inseriu nos ciclos da economia brasileira no século XX, descobrindo seus determinantes internos e sua relação com os movimentos desencadeados pela indústria hegemônica de São Paulo.

Quais as razões para São Paulo em alguns momentos chegar a concentrar mais de 50% da produção industrial brasileira enquanto o estado sul-rio-grandense, em média, permaneceu abaixo de 10%? Para que tais trajetórias tomassem rumos diferenciados durante praticamente $\frac{3}{4}$ do século XX, seus processos de formação e consolidação obviamente diferiram. Buscar-se-á uma explicação para o porquê desse hiato industrial, que se ampliou com o passar do tempo entre as duas regiões.

O gráfico 1 mostra uma espetacular expansão do parque industrial paulista no tocante à sua participação na indústria nacional, desde o início do século até meados da década de 60, , enquanto a trajetória da indústria gaúcha, no mesmo período, tendeu ao declínio. A partir do início da década de 70, as duas indústrias apresentaram uma trajetória semelhante, estabilizando a sua participação no conjunto da indústria de transformação brasileira.

^{*} Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco e professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

^{**} Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. e aluno do curso de Ciências Econômicas da UFSM.



Fonte: adaptado de *Cano (1998b)*.

2 – O desenvolvimento industrial gaúcho durante a República Velha

A ocupação do território gaúcho, primeiramente, deu-se em função de questões militares, basicamente pela defesa frente às tentativas de invasões espanholas. Em seguida, o Rio Grande do Sul integrou-se ao centro do País através do abastecimento de carne seca e animais de transporte (mulas) devido à atividade mineradora que se instalava em Minas Gerais, no início do século XVIII. Entrando em decadência a atividade mineradora, floresceu a agricultura cafeeira, onde o Rio Grande do Sul integrava-se ao mercado nacional através da exportação de charque e trigo.

Dos movimentos migratórios para o Rio Grande do Sul, ocorridos entre os séculos XVIII a XX e seus processos diferenciados de apropriação da terra que lhes corresponderam, derivou a formação de duas sociedades. Essas permaneceram relativamente separadas até as primeiras décadas do século XX. Distinguiam-se por sua posição geográfica e por suas características sociais e econômicas, sendo estas, a sociedade da pecuária e a sociedade da colônia (*Almeida, 1992*).¹

¹ A distinção das referidas sociedades, tanto a da pecuária como a colonial, é bem sintetizada por *Paul Singer (1977)*, que as descreve como duas sub-regiões econômicas diferenciadas em vários aspectos, sendo caracterizadas como se segue: “Abre-se desse modo à história econômica do Rio Grande do Sul, denominada desde o início pela dicotomia: pastoreio e lavoura. Duas sociedades distintas passaram a coexistir: a dos estancieiros e a dos pequenos lavradores. Distintas geograficamente: uma na Serra do Sudeste e Campanha,

A principal atividade econômica do Rio Grande do Sul durante o Império foi à pecuária (charque). Esta era praticada de maneira extensiva e em grandes propriedades, onde se situavam os melhores e mais valorizados campos de pastoreio e rebanhos do estado. Situava-se abaixo da linha formada pelos rios Ibicuí e Jacuí e junto à fronteira com o Uruguai, e tinha nas cidades de Rio Grande e Pelotas o papel de centro comercial. Nesta região, de melhores pastagens e melhores gados, situavam-se oito dentre os 10 municípios com maior rebanho bovino do país em 1920², colonizados principalmente por portugueses e espanhóis.

A zona sul do estado, caracterizada pelo subsistema econômico da pecuária, defrontou-se com importantes transformações no período que se refere até o final da República Velha. Caracterizada pela produção de charque e couros, estes produtos durante o período analisado sofreram grande perda relativa na pauta de exportações de produtos gaúchos *vis-à-vis* os produtos coloniais. Estas exportações embora não permanecendo estagnadas, apresentaram fraco dinamismo. A economia charqueadora, desde aproximadamente metade do século XIX começou a enfrentar sucessivas crises face à concorrência do charque platino de melhor qualidade. O charque platino chegava nos principais portos brasileiros com o preço inferior ao charque gaúcho.³

Em contraste com a decadência da economia pecuária-charqueadora, a sociedade colonial a partir do final do século XIX vê-se em rápido crescimento e diversificação da sua produção agrícola. Caracterizada pela pequena propriedade rural e pelo elevado contingente populacional⁴, a zona colonial encontrava-se em vigorosa expansão das

outra na Depressão Central (e depois na região serrana). Distintas socialmente: uma rigidamente hierárquica, formada por latifundiários, peões e escravos; outra mais igualitária, constituída por pequenos proprietários (embora estes utilizassem, sempre que economicamente viável, escravos). Distintas economicamente: uma produtora de charque e outros produtos de origem animal; outra produtora de trigo e produtos da lavoura” (Singer, 1977, p.145-146).

² Herriem Jr. p. 7.

³ Assim, como assinala *Pesavento* (1997), a produção de charque gaúcha vinha perdendo mercado devido à concorrência e os meios encontrados para solucionar a questão não estavam ao alcance do governo gaúcho, sendo necessária uma política de âmbito nacional para solucionar o problema. Segundo a autora:

“No mercado interno brasileiro, defrontavam-se os produtos de uma economia subsidiária escravista (riograndense) em crise e os de uma economia central assalariada (platina) em ascensão. A forma que o Rio Grande do Sul teria para vencer o concorrente seria pelo controle dos mecanismos decisórios de poder, subordinando a orientação da política econômica nacional aos interesses sulinos (...). As pretensões riograndense esbarravam no fato de que a economia do estado estava subordinada aos interesses do centro do país (...). O interesse do centro, no caso, era baratear o charque do qual era comprador” (*Pesavento*, 1997, p.43-44).

⁴ Em relação à sociedade pecuária.

exportações gaúchas de produtos agrícolas. A evolução da participação nas exportações gaúchas de produtos característicos da economia charqueadora e colonial pode ser mais bem visualizada pela tabela 1.

TABELA 1 - Participação percentual de alguns produtos no valor das exportações do RS – 1861 - 1927

<i>DISCRIMINAÇÃO</i>	<i>1861</i>	<i>1890</i>	<i>1923</i>	<i>1927</i>
A – CHARQUE	37,7	30,3	19,2	17,7
B – COUROS	37,2	24,4	14,3	6,8
C - A+B	74,9	54,7	33,5	24,5
D – ARROZ	-	-	7,8	13,0
E – BANHA	-	11,5	13,3	19,7
F - FARINHA DE MANDIOCA	1,4	6,5	2,7	1,8
G – FEIJÃO	4,0	9,2	1,4	3,3
H – FUMO	-	2,0	4,2	3,2
I – VINHO	-	-	2,5	2,9
J - (D + ... + I).	5,4	29,9	31,9	43,9
TOTAL (C + J)	80,3	83,9	65,4	68,4

FONTE: Almeida (1992, p 553).

Desde a vinda dos primeiros imigrantes alemães, no século XIX, a agricultura gaúcha adquiriu não mais o caráter de agricultura de subsistência familiar, mas sim o de uma agricultura comercial de gêneros de subsistência para a capital da província. Já a partir dos anos 70 do século XIX, a agricultura colonial alcançava o mercado interno do centro do país, exportando produtos demandados pela economia do café.

O comércio articulado pela zona colonial foi de vital importância para o processo de industrialização gaúcho, porque os capitais acumulados provindos das trocas realizadas dentro do próprio estado e também relacionadas ao mercado do centro do país eram investidos em indústrias dentro do território gaúcho.⁵

⁵ As dificuldades de transporte determinavam um alto grau de isolamento das unidades de produção colonial, que se tornavam dependentes do capital comercial. As colônias sobreviviam visto que produziam sua subsistência e tinham em seus excedentes, mercadorias para vender. A questão principal era vender, com a finalidade de ter acesso aos bens que a colônia não conseguia produzir ou para saldar dívidas da compra de lotes para plantio e moradia. Dependiam assim dos comerciantes, e estes impunham elevados preços para bens importados e baixos preços para os produtos de exportação. Assim, o processo de consolidação do setor agrícola no Rio Grande do Sul gerou renda para a acumulação comercial às custas dos produtores.

A partir da acumulação de capital comercial, resultado das exportações dos minifúndios coloniais para o mercado do sudeste brasileiro, é que se geraram as pré-condições para investimentos em indústrias. A acumulação de capital encontrou na dinâmica do complexo colonial-imigrante suas pré-condições necessárias, muito mais que no complexo da pecuária.⁶

3 – as estruturas industriais gaúcha e paulista na República Velha

No início do século XX, o Rio Grande do Sul já possuía numerosos estabelecimentos industriais, com uma produção bastante diversificada. O censo de 1907 colocava o Rio Grande do Sul em igualdade de condições com São Paulo quanto ao número de operários ocupados e valor da produção. A partir de então, o crescimento industrial foi mais intenso no estado de São Paulo, onde seu parque industrial deu um maior salto em relação aos demais estados do país (tabela 2).

TABELA 2 – Valor da Produção Industrial %

REGIÕES	<i>1907</i>	<i>1919</i>	<i>1939</i>
Rio Grande do Sul	13,5	11,1	9,8
São Paulo	15,9	31,5	45,4
Guanabara	30,2	20,8	17,0

Fonte: *Cano* (1998a, p.268).

Conforme *Reichel* (1979), já em 1920, São Paulo apresentava um parque industrial com um número de estabelecimentos 2,35 vezes maior do que o existente no Rio Grande do Sul, ocupava 3,4 vezes mais mão-de-obra e produzia 2,8 vezes mais em valor. A disponibilidade de capitais relativamente abundantes, oriundos da exportação do café, refletia-se positivamente em favor do distanciamento industrial entre os dois estados.

⁶ A burguesia industrial paulista tinha sua matriz no capital cafeicultor, o que, nos períodos de auge do complexo cafeeiro, lhe possibilitou fazer grandes investimentos para a implementação de um processo de industrialização. No Rio Grande do Sul, a burguesia industrial não surgiu da atividade mais significativa na época, a pecuária, uma vez que esta não foi capaz de provocar uma diversificação e expansão na economia como o café fez em São Paulo. Os fazendeiros e os charqueadores não podem ser considerados como “matriz” da burguesia industrial sul-rio-grandense. Estes não tiveram um ciclo de expansão como os cafeicultores tiveram a partir da segunda metade do século XIX. A partir desta data, no Rio Grande do Sul, os fazendeiros e os charqueadores estavam diante de uma profunda crise e, sendo assim, não puderam desempenhar o papel fundamental no processo de industrialização do Rio Grande do Sul, papel este que em grande parte foi feito por imigrantes estabelecidos na região de Porto alegre e região serrana.

A estrutura, tanto da indústria gaúcha como da paulista, pode ser bem visualizada e comparada pela tabela 3 abaixo, onde pelos Grupos I, II e III demonstram a situação destas durante a República Velha.⁷

TABELA 3 - Estrutura industrial do RS e de SP e suas participações no Valor da Transformação Industrial (VTI) do Brasil -1919

<i>Estados</i>	<i>Participação no estado</i>			<i>Participação no Brasil</i>		
	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo I	Grupo II	Grupo III
RS	78,59	20,89	0,52	10,76	11,07	3,00
SP	74,31	22,67	3,02	30,70	36,27	52,48

Fonte: adaptado de *Cano* (1998b, p. 95-8).

Nota-se que em relação às estruturas industriais, por regiões, os dois estados, durante a República Velha, eram parecidos. Tanto o Rio Grande do Sul quanto São Paulo tinham uma participação maior em suas estruturas daquelas representadas pelo Grupo I, de bens de consumo não duráveis. Participação do Grupo I maior no Rio Grande do Sul, chegando a quase 80% da produção industrial.

O que demonstra a superioridade industrial de São Paulo são os dados em relação à concentração a nível nacional. No Grupo I este estado detinha mais de 30% da produção nacional enquanto o Rio Grande do Sul apenas 10%. Especializada em bens de consumo não duráveis, a indústria gaúcha estava voltada basicamente para o mercado regional. No Grupo II São Paulo detinha mais de 36%. Apesar de sua estrutura interna concentrar apenas 3% de indústrias do Grupo III, a nível nacional esta detinha mais de 50% da produção brasileira, enquanto a indústria gaúcha concentrava neste grupo apenas 3%.

Ao se aproximar o final da República Velha, apesar de a economia gaúcha apresentar-se com diferenças significativas da do final do Império, esta não ganhou participação industrial a nível nacional. O que é pior, perdeu. A economia, antes

⁷ Grupo I – indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável, agrupando os ramos: mobiliário; farmacêutico; perfumaria; têxtil; vestuário; produtos alimentares, bebidas, fumo; e editorial e gráfica. Grupo II – indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários, contendo os ramos: metalúrgica; minerais não-metálicos; madeira; papel e papelão; borracha; couros e peles; química; e matérias plásticas. Grupo III – indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável, englobando os ramos: mecânica; material elétrico e de comunicações; material de transporte; e diversas.

especializada na pecuária, tinha, no final da República Velha, uma diversificada agricultura que se associava à industrialização. O parque fabril do estado durante o período era baseado em pequenas indústrias regionais que transformavam as matérias-primas locais. Os capitais necessários para o desenvolvimento industrial eram transferidos do setor primário para o secundário, via intermediação comercial. Esta característica de uma indústria de beneficiamento fortemente dependente das exportações do setor primário, já no final da República Velha, começaria a revelar suas conseqüências.

4 – O modelo de industrialização substitutiva de importações e a economia gaúcha

Até o final da primeira metade do século XX, a industrialização foi uma decorrência das políticas praticadas em defesa da classe cafeeira, e não um objetivo perseguido conscientemente pelo governo brasileiro. Durante todo o processo, os investimentos que se transferiram para o setor industrial quase nunca partiram da iniciativa própria da classe industrial. A industrialização do Brasil no período ocorreu de forma significativa, mas não se deu de forma autônoma num processo gradual. Deu-se à base de proteção extrema do governo em favor da burguesia paulista cafeeira, o que privilegiava em certa medida os investimentos no setor industrial desse estado.

A economia gaúcha, diferentemente da economia paulista, sempre se voltara para o abastecimento do mercado interno⁸. Disto resultou, até meados dos anos 50, uma indústria de caráter regional, caracterizada pela produção de bens de consumo não duráveis, pelo aproveitamento das matérias-primas de base local em função de sua forte ligação com o setor agrícola e, também, voltada ao fornecimento de alguns equipamentos e insumos a esse mesmo setor e a outras indústrias. Desempenhando um papel periférico na economia e na política brasileira, o Rio Grande do Sul desenvolveu seu modo próprio de acumular riquezas e capitais. Seu núcleo dinâmico era a atividade agropecuária ligada às atividades fabris e exportadoras. Essas atividades se assentavam em um modelo dependente de produção por se basearem, através de seus produtos históricos, no abastecimento do mercado nacional e, de forma secundária, no mercado internacional.⁹

⁸ Seja na época em que sua principal atividade era a pecuária, seja à época onde a agricultura colonial dava maior dinamismo à economia como analisado anteriormente.

⁹ Segundo *Muller* (1979), foi durante os anos compreendidos entre 1930 e 1945, que a economia gaúcha atingiu o apogeu de seu “modelo histórico de desenvolvimento”. A dinâmica da economia gaúcha era caracterizada por sua dependência das vendas para outras regiões brasileiras, sendo assim dependente da

O resultado dessa característica regional da indústria gaúcha foi a sua caracterização de indústria beneficiadora de matérias-primas locais, como fazia desde seus primórdios. A indústria paulista, ao contrário, continuava a diversificar sua produção, obtendo ganhos de participação industrial a nível nacional. As diferenças estruturais dos dois parques - indústria gaúcha e indústria paulista -, no período da industrialização restringida, aumentaram. Em 1939, o Rio Grande do Sul tinha 9,1% da produção industrial nacional enquanto São Paulo tinha 40,7%, em 1949 o hiato aumenta para 7,9% e 48,9%, e em 1959 7% e 55,6%, respectivamente. São Paulo, no final da década de 50, já detinha mais da metade da produção industrial brasileira, enquanto o Rio Grande do Sul decaía cada vez mais.

A indústria gaúcha, perdia participação na produção nacional porque não construiu parcelas significativas de indústrias dinâmicas, de bens de consumo duráveis e de capital, concentrando ainda em sua estrutura um peso elevado de indústria de bens de consumo não duráveis, ou bens tradicionais. A evolução estrutural dos dois parques industriais pode ser visualizada na tabela 4.

TABELA 4 - Evolução das estruturas industriais de SP e RS – 1939, 1949 e 1959. (%)

Regiões	1939			1949			1959		
	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo I	Grupo II	Grupo III
RS	70,34	26,88	2,78	64,34	31,73	3,93	57,22	36,12	6,66
SP	62,32	25,96	11,72	55,51	33,68	10,81	39,63	35,60	24,77

Fonte: adaptado de *Cano* (1998b, p.95).

Segundo *Castro* (1971), no período que se estendeu da crise de 29 até meados da década de 50, devido à contração das importações, ao declínio do comércio de cabotagem e ao não desenvolvimento dos transportes terrestres, as indústrias gaúchas, que competiam

expansão de outros mercados urbanos. Mais de 75 % das exportações dirigiam-se para os mercados urbanos do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

com artigos anteriormente importados, tiveram um processo de “substituição de importações” diferenciado.¹⁰

Devido ao processo de “substituição de importações” diferenciado por que passou a indústria gaúcha e à sua forte dependência do setor primário, que cada vez mais tinha suas exportações substituídas por vendas de outras áreas (Paraná, Goiás, Mato Grosso), o Rio Grande do Sul deparou-se com o salto qualitativo dado pelo parque industrial do centro do país. A capacidade de acumulação do Rio Grande do Sul, em relação ao estado paulista, foi débil.

A indústria paulista diversificava seus ramos industriais e, cada vez mais, concentrava a produção brasileira. A constatação pode ser vista pela tabela 5, que mostra a evolução da participação dos Grupos I, II, e III a nível nacional.

TABELA 5 - Participação, a nível nacional, das indústrias gaúcha e paulista nos anos de 1939, 1949 e 1959.

Regiões	1939			1949			1959		
	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo I	Grupo II	Grupo III
RS	9,46	9,42	3,82	8,36	7,89	4,09	8,81	6,63	2,77
SP	37,60	40,85	72,40	44,65	51,89	69,71	48,69	52,02	82,03

Fonte: *Cano* (1998b, p.98).

O Rio grande do Sul perdeu participação em todos os grupos durante o período, enquanto o estado paulista aumentava sua participação em todos os grupos. Até mesmo nos ramos onde a indústria gaúcha era especializada, como de bens de consumo não duráveis, ela perdeu participação.

Perdia a indústria gaúcha participação a nível nacional pelo fato de ser dependente de um setor primário que também perdia mercado, devido à sua subordinação aos capitais

¹⁰ “Voltadas para o atendimento do mercado regional, as indústrias gaúchas de substituição de importações tentavam desenvolver uma estrutura de oferta compatível com o mercado relativamente amplo e inatendido. Não podendo obviamente manter o passo com a região central em seu acelerado processo de diversificação, buscavam, não obstante, reproduzir em miniaturas e com muitas falhas a estrutura industrial que ali vinha sendo montada. Dada a insuficiência crônica da oferta, tudo era permitido: escalas de produção normalmente insatisfatórias, processos técnicos ultrapassados, formas arcaicas de comercialização, propriedade em regra familiar, notoriamente fechada etc. As próprias deficiências da infraestrutura regional de serviços básicos eram pouco sentidas.” (*Castro*, 1971, p.127).

provindos das exportações agropecuárias. Era insuficiente a acumulação de capitais destinados à indústria, em razão do seu “modelo histórico de desenvolvimento”, que freava o desenvolvimento industrial. Igualmente pelo fato de não contar com políticas de âmbito nacional, como as que eram destinadas ao estado paulista, proporcionando a este último uma acumulação de capital não presente em nenhum outro estado.

5 – A indústria gaúcha frente à conclusão do projeto de industrialização nacional

É a partir de meados da década de 50 que a indústria passa a ser o centro dinâmico da economia brasileira. É o desempenho desse setor da produção que explica o comportamento da economia nacional, ou seja, os períodos de expansão e retração da economia como estão associados aos respectivos comportamentos da indústria.¹¹

Segundo *Maria da Conceição Tavares* (1986), a presença forte do Estado e o caráter dominante do capital estrangeiro nesse novo ciclo de industrialização não se parecem em nada com a etapa anterior de industrialização do pós-guerra. Isto, referente ao tipo de crescimento da capacidade produtiva, muito à frente da demanda pré-existente, como caráter concentrado no tempo do bloco de investimentos. Desde o início da década de 50, processou-se um aumento das escalas de produção e uma mudança tecnológica nas indústrias tradicionais de bens de consumo. As pequenas e médias empresas encontraram na fase de expansão do Plano de Metas um contexto de um mercado industrial de bens de consumo relativamente unificado e competitivo de tipo oligopólico.¹²

Assim, a partir da segunda metade da década de 50, com o auxílio do Estado e do afluxo de subsidiárias estrangeiras, o Brasil conseguiu promover profundas transformações, dentre as quais se coloca a implantação das indústrias pesada de bens de produção e a de consumo duráveis.¹³

¹¹ A partir de 1955, um novo perfil de investimento se desenhou. A diferenciação industrial que se pretendia, requeria investimentos maciços, tanto estatais como estrangeiros. Os novos ramos que interessam às grandes empresas multinacionais mudam completamente, a partir do chamado Plano de Metas (1956-1959). O capital privado nacional, articulado pelo Estado, também recebeu incentivos para sua expansão, na indústria de bens de capital e nos setores fornecedores das empresas transnacionais.

¹² O caráter de capitalismo oligopólico mais moderno e concentrado, com forte participação do Estado, deu um peso relativamente alto a empresas multinacionais no setor industrial que financiaram o padrão de acumulação de capital.

¹³ Em decorrência das transformações na economia brasileira, a indústria gaúcha, que tinha se desenvolvido em razão do isolamento geográfico a que o estado havia estado condenado, devido à integração, cedia lugar à indústria do centro-sul. A carência de meios de transporte que integrassem as regiões constituía natural barreira à competição inter-regional, mas com a integração, acabaram-se estas barreiras protecionistas. O

No período do Plano de Metas, o Rio Grande do Sul foi deixado de lado, no sentido de que recebeu uma parcela insignificante dos investimentos do governo federal para a promoção do desenvolvimento industrial. Nesse sentido, a década de cinquenta foi um período extremamente desfavorável para a indústria gaúcha, que cresceu não só abaixo da média nacional, mas significativamente aquém da taxa do complexo paulista¹⁴. A indústria paulista avança cada vez mais, e se consolida, em 1960, com 55,08% do valor da produção industrial do país. A par disso, para a indústria gaúcha, este é novamente um período de perda, que decresce de 8,59% para 7,13% do valor da produção nacional. Em termos de renda setorial, a indústria do Rio Grande do Sul que gerava 6,67% do total do país, declinou para 5,41% em 1960, perdendo 1,26 pontos percentuais. (*FEE*, 1983, v.2, p.37-9). Assim, tendo o Rio Grande do Sul uma estrutura industrial de pequenas fábricas e baixa acumulação de capital, o resultado da integração e da característica de grandes unidades de produção no centro do país, aptas a atender o mercado interno, foi novamente, a perda de participação a nível nacional de suas indústrias. Ao contrário, a indústria paulista continuava a concentrar.

Da década 50 até 1970, a indústria gaúcha sofreu transformações significativas em sua estrutura. Enquanto que em 1949, 84% da produção industrial gaúcha era gerada pelas indústrias tradicionais, em 1970 a participação caía para 61,3%. As indústrias dinâmicas, que em 1949 eram responsáveis por 16% da produção industrial do estado, chegaram a alcançar, no ano de 1970, quase 40% da produção (*FEE*, 1976, p.33). Apesar disso, principal atividade industrial do estado, ao chegar os anos 70, continuou sendo a produção de bens de consumo não duráveis, ou tradicionais. Embora terem sofrido uma queda acentuada no período, os bens de consumo não duráveis ainda eram responsáveis por aproximadamente, metade do valor da produção industrial gaúcha em 1970. Isto pode ser constatado na tabela 6.

antigo mercado cativo estadual estava sendo invadido pelas importações procedentes de São Paulo e de outros estados.

¹⁴No período de 1949-59, o Rio Grande do Sul apresentou uma taxa média anual de crescimento real de 8%, enquanto que esta mesma taxa para São Paulo e Brasil foi de 10,8% e 9,3% respectivamente.

TABELA 6 - Evolução das estruturas industriais do RS e de SP -1959 e 1970. %

Regiões	1959			1970		
	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo I	Grupo II	Grupo III
RS	57,22	36,12	6,66	47,85	36,54	15,61
SP	39,63	35,60	24,77	36,83	33,88	29,29

Fonte: adaptado de *Cano* (1998b, p.95).

Entretanto, foram as indústrias de bens de capital que tiveram as mais altas taxas de crescimento do período, isto devido em parte à expansão da produção de máquinas e implementos agrícolas¹⁵. A expansão da indústria de bens de capital, no Rio grande do Sul, significou importantes avanços para o setor no estado, sendo os destaques dessa expansão os ramos da mecânica e material de transporte¹⁶. Assim, a indústria de bens de capital do estado passou a ter uma composição mais equilibrada, tornando-se mais completa. Mais completa, no sentido de que desenvolveu os ramos preexistentes e instalou outros novos, tornando-se mais integrada à dinâmica da acumulação nacional, e não no sentido de que a mesma passou a ter participação em todos os ramos que integram a produção de máquinas e equipamentos. Isto deve ser salientado, no sentido de que apesar dos progressos observados, a sua participação no setor a nível nacional continuou reduzida com relação à indústria paulista¹⁷.

Também, de exímia importância para a mudança estrutural na indústria gaúcha foi o desempenho em todo o período do segmento de bens intermediários. Em 1970 sua composição industrial no estado gaúcho destacava-se, representando aproximadamente 37% do total. As taxas de crescimento da indústria de bens intermediários do Rio Grande do Sul, apesar de terem sido menos regulares, apresentaram uma correlação perfeita com as do produto industrial brasileiro. Por essa razão, o trabalho *25 Anos de Economia Gaúcha: volume 4 da série Análise da Indústria de Transformação do RS* (FEE, 1976, p.39), concluiu que “o comportamento dessa indústria deve ter sido determinado por

¹⁵ Segundo *Gros* (1987, p.45).

¹⁶ Dentro desses ramos, cabe salientar os segmentos produtores de máquinas e implementos agrícolas, máquinas-ferramenta, máquinas operatrizes e aparelhos industriais e carrocerias para veículos automotores.

¹⁷ “enquanto o Rio Grande do Sul detinha, em 1959, somente 2,9% do VBP do setor, São Paulo concentrava 85,4% do mesmo total. Além disso, pode-se dizer que qualitativamente aumentou a diferença entre a indústria de bens de capital de São Paulo e do Rio Grande do Sul.” (FEE, 1986, p.42).

fatores exógenos à economia gaúcha”, relacionado com as taxas de crescimento do produto industrial brasileiro.¹⁸

A forma de vinculação da indústria gaúcha no novo padrão de acumulação tornou-a muito mais sujeita às flutuações cíclicas da economia brasileira¹⁹. É justamente a partir deste novo padrão que a produção industrial do estado torna-se mais instável, sendo que as maiores oscilações das taxas de crescimento couberam ao setor produtor de bens intermediários, transmitindo-se posteriormente a indústria como um todo.

6 – O RS e o período pós “milagre econômico”

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul ingressa nos anos 70 com uma estrutura mais consolidada, resultado de modificações que ocorreram nas duas décadas anteriores. O período que compreendeu a fase do “crescimento com endividamento” caracterizou-se ainda por taxas de crescimento industrial, em parte elevadas, mas inferiores ao período anterior 1968-73 (milagre econômico).

O Rio Grande do Sul que vinha apresentando queda na participação no valor bruto da produção industrial do Brasil²⁰, aumentou sua participação para 7,23% em 1975. Enquanto isso, a participação do estado de São Paulo mantinha-se estável em 55,75%.²¹ Os ganhos na participação no valor bruto da produção industrial do Rio Grande do Sul apontam para uma recuperação do estado, em relação às perdas sofridas nas duas décadas anteriores. A recuperação se dá com maior intensidade nos chamados ramos “novos”²²,

¹⁸ Einloft (1982a), coordenador do estudo do quarto volume da série “25 Anos de Economia Gaúcha”, explica como a indústria gaúcha, a partir de meados da década de 50, insere-se na nova dinâmica de acumulação nacional: “O parque fabril do Rio Grande do Sul passou a articular-se ao centro dinâmico do País, fundamentalmente, via produção de insumos industriais (matérias-primas, peças e componentes etc.). E, dada a importância crescente dos estabelecimentos produtores de bens intermediários (ou insumos) na configuração industrial do estado, evidencia-se que a economia gaúcha tende a ficar cada vez mais atrelada à brasileira. Também os gêneros produtores de bens de capital têm crescido a taxas bastante elevadas no estado” (Einloft, 1982b, p.8).

¹⁹ “Levando-se em conta que são precisamente as indústrias produtoras de insumos e de bens de capital as que, de modo geral, mais se ressentem de conjunturas recessivas, pode-se concluir que a forma de vinculação da indústria estadual ao processo de acumulação dominante no País torna-a muito mais sujeita às flutuações cíclicas da economia brasileira, conferindo ao Rio Grande do Sul um maior grau de instabilidade.” (Einloft, 1982b, p.8).

²⁰ De 8,59% em 1949, 7,13% em 1959 para 6,64% em 1970.

²¹ Dados de A Produção Gaúcha na Economia Nacional.

²² Em “A Produção Gaúcha na Economia Nacional”, entende-se por ramos industriais novos os grupos da Metalurgia, Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte e Química. Os grupos industriais “antigos” são: Madeira, Couros e Peles, Têxtil, Vestuário e Calçados, Produtos Alimentares, Bebidas e Fumo.

indicando uma tendência de diversificação e de modernização da indústria gaúcha. Estes gêneros não só apresentaram as mais altas taxas de crescimento, como cresceram mais que a média nacional e bastante acima dos percentuais registrados para o complexo paulista. A produção de bens de maior grau de complexidade tecnológica, que estava pouco presente na estrutura industrial gaúcha em 1959, passou a compor maior parcela em 1980. Estas afirmações podem evidenciadas na tabela 7.

TABELA 7 - Evolução da estrutura industrial do RS e do BR – 1973, 1975 e 1980.

<i>Categorias de uso</i>	<i>1973</i>		<i>1975</i>		<i>1980</i>	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Bens de consumo durável	6,1	9,9	5,4	9,6	6,5	8,6
Bens de consumo não durável	45,4	38,0	39,1	33,6	40,2	29,8
Bens de capital	10,7	11,8	13,4	13,8	10,9	13,4
Bens intermediários	37,8	40,3	42,1	43,0	42,4	48,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: adaptado de *Costa & Passos* (1987 p. 12).

Acabado o período expansivo do processo de substituição de importações e, com a chegada da década de oitenta, observou-se o esgotamento das políticas industriais patrocinadas pelo Estado, reduzindo-se drasticamente o investimento público. Assim, a estrutura industrial do Rio Grande do Sul durante os anos oitenta não diferiu do período anterior. A década de 90, também não trouxe alterações significativas para a estrutura da indústria gaúcha. O Rio Grande do Sul, assim, chegou aos anos 90 com sua estrutura industrial não muito diferenciada da década de 80. Tem-se uma visão mais detalhada da evolução da estrutura industrial de 1985 até 1998 para o Rio Grande do Sul, Brasil e São Paulo a partir da tabela 8.²³

²³ Para os efeitos desta análise, utilizou-se a consolidação dos diversos gêneros da indústria de transformação em três grandes grupos: tradicionais, dinâmicas A e dinâmicas B. no primeiro estão agrupados os segmentos que correspondem ao início do processo de industrialização e à primeira fase da substituição de importação. Em larga medida, a produção originária dessas empresas constitui a oferta de bens de consumo não duráveis. No segundo grupo, encontram-se os gêneros que, grosso modo, respondem pela produção de bens intermediários da fase mais avançada do processo de industrialização. A dinâmica B compreende os segmentos produtores de bens de capital – nos quais incluiria, ainda, uma parcela da metalurgia – e a maior parcela dos bens de consumo duráveis. (*Passos & Lima*, 2000, p.139).

TABELA 8 – Evolução das estruturas industriais do RS, SP e do BR - 1985-1998 (%)

Discriminação	Rio Grande do Sul				São Paulo				Brasil			
	85-89	90-92	93-98	85-98	85-89	90-92	93-98	85-98	85-89	90-92	93-98	85-98
Tradicionais	47,37	52,96	49,82	49,62	29,97	31,49	29,88	30,26	35,18	37,18	34,98	35,52
Dinâmicas A	31,76	27,05	24,80	27,77	39,83	41,01	41,33	40,72	40,58	40,32	40,09	40,32
Dinâmicas B	20,86	19,99	25,38	22,61	30,20	27,50	28,79	29,02	24,23	22,49	24,93	24,16

Fonte: *Passos & Lima* (2000 p.141-43-46).

Comparando a estrutura do Rio Grande do Sul com a do Brasil, chama atenção a elevada participação das indústrias tradicionais no âmbito estadual. Enquanto, que em 1985-89, os bens tradicionais respondiam por 35,2% da indústria de transformação do Brasil; no estado gaúcho, esse percentual se situava em 47,4%. No período de recessão, essa participação aumentou no estado gaúcho, subindo para mais de 50% e, entre 1993-98, situou-se em torno desta marca. As indústrias tradicionais desempenharam tamanha importância no Rio Grande do Sul em razão de sua forte dependência ao setor primário. A indústria de São Paulo, ao contrário, apresentou uma menor importância na produção de bens tradicionais e maior participação nas indústrias dinâmicas tipo B.

7 – Considerações finais

Através do estudo da formação da indústria gaúcha foi possível caracterizá-la como periférica. Tornou-se periférica porque não teve uma acumulação de capital da magnitude do estado de São Paulo. Até a crise de 1929, o desenvolvimento industrial no Brasil era induzido pelo setor exportador. Enquanto São Paulo direcionava suas exportações para o mercado externo e tinha praticamente o monopólio de seu produto, o Rio Grande do Sul se voltava para o mercado interno brasileiro, onde, já no início do século XX, concorria com outros estados. Assim, a magnitude dos capitais provindos do setor primário-exportador e direcionados ao setor industrial era, em relação ao estado paulista, bem menor no estado gaúcho.

Outra questão que explica a baixa acumulação de capitais no Rio Grande do Sul, desde meados do século XIX até o final da República Velha, foi a subordinação por que passou a economia charqueadora. Tendo sido a principal atividade econômica do estado, assim como foi a atividade cafeeira em São Paulo, entrou em crise devido à falta de uma política econômica nacional. A economia charqueadora necessitava de proteção devido à concorrência do charque platino, que apresentava preços inferiores. As pretensões gaúchas esbarravam nos interesses contrários da burguesia cafeeira do centro do país que pretendia baratear o charque do qual era compradora. A economia charqueadora, portanto, apresentou baixa capacidade de acumulação de capital e, bem ao contrário da economia cafeeira localizada em São Paulo, contribuiu muito pouco para o desenvolvimento industrial local.

Para substituir a economia charqueadora desenvolveu-se uma economia agrícola com uma incrível capacidade de diversificar e ampliar sua estrutura e oferta, uma economia igualmente integrada ao contexto nacional. Este sistema foi responsável pela ampliação e diversificação da estrutura industrial do Rio Grande do Sul, no sentido de que a maioria dos capitais necessários para alavancar o desenvolvimento industrial surgiram desta atividade. Surgiram principalmente da acumulação comercial praticada pelos imigrantes, que investiam os capitais acumulados provindos das trocas realizadas dentro do próprio estado, e dos originários das relações com o mercado interno brasileiro na indústria gaúcha.

Ao aproximar-se do final da República Velha, apesar de a indústria gaúcha se expandir e diversificar-se, ela não ganhou participação industrial em nível nacional. E o que é pior, perdeu. A indústria gaúcha apresentava-se até fins da República Velha nitidamente beneficiadora de alimentos provindos da região colonial.

A partir de 1930, com o início do modelo de “substituição de importações”, enquanto o Rio Grande do Sul ainda dava prioridade à produção de bens tradicionais, São Paulo começou a especializar-se na produção de bens de capital e de consumo duráveis. Aumentou ainda mais o distanciamento da indústria gaúcha em relação à paulista no nível de participação nacional.

A política do governo federal de retenção e destruição de parte da produção cafeeira, com o objetivo explícito de proteger o setor cafeeiro, pôde garantir ao estado

paulista uma acumulação de capital superior a qualquer outro estado. Aos demais estados federados cabia a condição de subordinação ao modelo posto em prática, já que as políticas dos governos vigentes eram direcionadas a uma determinada economia regional. São Paulo, assim, pôde expandir seu processo de industrialização através de uma acumulação “garantida” não presente em nenhum outro estado, polarizando grandes inversões industriais.

A alteração do padrão de acumulação, que acelerou a expansão industrial, fez-se com crescente participação do capital estrangeiro oligopolizado que, ao implantar seus investimentos, instalou-se com capacidade ociosa planejada com vistas tanto à expansão do mercado paulista quanto à completa conquista do mercado nacional. Desta forma, tendo o Rio Grande do Sul uma estrutura industrial de pequenas fábricas e uma baixa acumulação de capital, o resultado da integração, quando comparado com grandes unidades de produção aptas a atender ao mercado interno no centro do país, foi novamente, a perda de participação em nível nacional de suas indústrias. Ao contrário da indústria sulina, a indústria paulista continuava a concentrar a indústria nacional na medida em que aumentava sua participação.

Verificou-se que durante as décadas de 60 e 70 do século XX, a indústria sul-riograndense acompanhou o desempenho médio da indústria brasileira, principalmente em relação às taxas de crescimento dos bens intermediários e dos bens de capital. Ao chegar aos anos 70, apesar dos ganhos de participação na estrutura industrial gaúcha dos bens intermediários e de capital, a principal atividade industrial gaúcha continuou sendo a produção de bens de consumo não duráveis. Esses bens ainda eram responsáveis por praticamente metade da produção industrial.

Acabado o período expansivo do processo de substituição de importações e, com a chegada da “década perdida”, observa-se o esgotamento das políticas industriais patrocinadas pelo Estado, reduzindo-se drasticamente o investimento público. A indústria do Rio Grande do Sul chega nos anos oitenta com mudanças estruturais significativas, mas ainda com forte participação em sua estrutura de bens de consumo não duráveis. Já no início da década de 80, eram expressivas as participações dos bens intermediários e de capital na estrutura industrial gaúcha.

Na década de 90, a diferença estrutural da indústria gaúcha em relação à paulista foi mantida. No período de recessão (1990-92), a participação dos bens tradicionais na indústria gaúcha chegou a 53%, e, entre 1993-98, situou-se em torno desta marca. A indústria paulista, ao contrário, chegou ao final do século com mais de 50% de sua estrutura voltada para a produção de bens dinâmicos. As estruturas características das duas indústrias regionais, quando comparadas, refletem os processos diferenciados de industrialização por que passaram ambas as regiões.

O Rio Grande do Sul, durante aproximadamente $\frac{3}{4}$ do século XX, caracterizou-se pela produção de bens de consumo não duráveis. Majoritários na estrutura industrial gaúcha, esses bens, além da baixa participação no valor da produção nacional, também determinaram uma menor oscilação nas taxas de crescimento industrial para o estado gaúcho ao longo do século XX. Como sabido, os bens de consumo não duráveis possuem uma menor capacidade relativa para crescer a elevadas taxas nos períodos de expansão econômica, embora, em compensação, tendem a oferecer uma maior resistência à queda nas fases de recessão. Já as categorias de bens de capital e bens de consumo duráveis, por serem bens dinâmicos, apresentam um comportamento diferenciado nas fases de oscilações industriais. Respondem às conjunturas recessivas e expansivas com grandes oscilações em suas taxas de crescimento, ou seja, caem mais bruscamente e expandem-se mais aceleradamente.

8 – BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Pedro F. C. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha – 1870-1930. IN: Ensaio FEE. Porto Alegre (13)2, 1992.

_____. Exportações e Indústria no Rio Grande do Sul: 1930-74. IN: Ensaio FEE. Porto Alegre, (12)2, 1991.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial no Estado de São Paulo. Campinas, UNICAMP, 1998a.

_____. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1998b.

CASTRO, Antonio B. C. 7 ensaios sobre economia brasileira. São Paulo, 1971.

COSTA, Achyles B. Algumas características da industrialização gaúcha. IN: Ensaio FEE. Porto Alegre, 1989.

COSTA, Achyles B., PASSOS, Maria C. Crescimento e crise na indústria gaúcha: 1959-85. IN: Ensaio FEE. Porto Alegre (8)1, 1987.

DALMAZO, Renato Antonio. Planejamento Estadual e Acumulação no Rio Grande do Sul – 1940-74. Porto Alegre, FEE, 1992. (tese de mestrado)

EINLOFT, Cláudio. Ainda a Questão Regional. IN: Informativo do Economista. Porto Alegre, 1982a.

_____. A Crise da Economia Gaúcha. IN: Vária Sócio-Econômica FEE. Porto Alegre, 1982b.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. A Economia Gaúcha e os Anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre, 1990. v.1,2 e 3.

_____. A Produção Gaúcha na Economia Nacional: uma análise da concorrência intercapitalista. Porto Alegre, 1983. tomo 1.

_____. 25 Anos de Economia Gaúcha. Porto Alegre, 1976. v.4.

_____. A Indústria Gaúcha de Bens de Capital na Dinâmica da Economia Brasileira: avanços e constrangimentos. Porto Alegre, 1986.

FONSECA, Pedro C. D. A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: A Economia gaúcha na Primeira República. IN: Estudos Econômicos. São Paulo, FIPE, 15 (2), 1985.

GROS, Denise Barbosa. Os Industriais Gaúchos e o Estado no Pós-64. IN: Ensaio FEE. Porto Alegre, 1985.

GROS, Denise Barbosa. Burguesia Industrial Gaúcha e o Estado Nacional – 1964-1978. Porto Alegre, FEE, 1987 (tese de mestrado).

HERRLEIN Jr. Ronaldo. A economia Gaúcha e suas Relações Externas (1889-1930). www.ufrgs.br. Acesso em 2000.

HERRLEIN Jr. Ronaldo, DIAS, Adriana. Trabalho e Indústria na Primeira República: Um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. IN: Ensaio FEE, Porto Alegre (14)1, 1993.

MULLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. IN: GONZAGA, Sergius & DACANAL, José H. RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997.

_____. RS: A Economia & O Poder nos Anos 30. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

_____. Rio Grande do Sul, 1890-1930: A idéia da industria. IN: Análise Econômica., Porto Alegre, UFRGS, 1986.

PASSOS, Maria Cristina, e, LIMA, Rubens Soares de. Entre Perdas e Ganhos: Apontamentos Sobre a Industria Gaúcha. IN: Ensaio FEE. Porto Alegre, (13)2, 1992.

_____. Tendências estruturais da industria gaúcha nos anos 90: sintonias e assimetrias. IN: Economia Gaúcha e Reestruturação nos Anos 90. porto Alegre, FEE, 2000.

REICHEL, Heloisa J. A Industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. IN: GONZAGA, Sergius & DACANAL, José H. RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, 1977.

TARGA, Luiz Roberto P. Permanências na longa duração, questões e explicação das trajetórias comparadas de São Paulo e Rio Grande do Sul. IN: Ensaio FEE. Porto Alegre, 13 (2), 1992.

TAVARES, Maria Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1986.